



GRUPO DE TRABALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Lisboa, 13 de Dezembro de 2010

Dra. Maria do Céu Prim

Permitam-me que comece a minha intervenção agradecendo não só o vosso convite mas bem assim a vossa disponibilidade para conhecer e avaliar o sector do Comércio Tradicional. Sendo certo que represento a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MODA de Lisboa e pelo conhecimento que tenho deste sector de actividade e pelas análises que esta Associação tem vindo a desenvolver, e que passarei a expor a V. Exas., tenho plena consciência que a situação não só é grave e que a curto prazo se desencadeará um forte crescimento de falências e conseqüentemente de desemprego.

É uma matéria que certamente não é indiferente aos senhores deputados, dado que, tem implicações para a estabilidade social. É um tema que os senhores deputados não só devem de acompanhar mas também ponderar no exercício das responsabilidades que lhes estão atribuídas.

Feito este enquadramento, ninguém se surpreenderá que declare as políticas do passado com pouca aderência à realidade que conduziram a um paradigma de políticas económicas e sociais desajustadas, mal elaboradas e nalguns casos políticas casuísticas que apenas serviram os grandes grupos comerciais, aliadas a uma forte crise internacional, levaram à completa estagnação da Economia Portuguesa, tudo isto sem nunca estar definido um Plano Estratégico de Crescimento e Competitividade.

Assim é com a maior preocupação e desanimo que me dirijo a esta Assembleia, a fim de dar conta de um grande descontentamento, desaire e desconfiança para o futuro.

De facto, os empresários do comércio que legalmente represento, constituídos na sua esmagadora maioria por micro e pequenas empresas,

fundamentalmente empresas familiares, vivem o presente com grande dificuldade e temem o futuro, pois a crise que o comércio tradicional atravessa, sintoma das mudanças em curso numa sociedade globalizada, devido à concorrência de mercados em que impera mão-de-obra não qualificada, com 12 horas de trabalho diário, sem folgas, sem férias, sem subsídios, sem direitos, sem condições de trabalho, em suma escravidão em pleno século XXI, e é exactamente por tudo isto, que estas economias são altamente competitivas, para além de manterem artificialmente a cotação da sua moeda num valor muito baixo do seu valor real, consequentemente sem regalias sociais, em que a unidade económica não é comparável ao Euro, agravado pela prática do dumping (estamos a falar da R. Popular da China, da Índia, do Paquistão, etc.) Este é um dos grandes problemas da globalização, que sem regras, está a prejudicar irreversivelmente todos os países ocidentais em especial Portugal, e que se nada for feito rapidamente, irá contribuir para grandes desequilíbrios, encerramento de empresas, desemprego e consequentemente, grandes convulsões sociais.

Aliado à concorrência das grandes superfícies, as quais se abastecem de produtos em grande quantidade, nesses mercados, (levando à substituição da produção nacional por importação de produtos sem qualquer controlo de qualidade) ao encerramento de milhares de fábricas portuguesas, provocando o desemprego, gerando menos impostos, menos descontos para a Segurança Social, provocando o desequilíbrio da Balança Comercial e consequentemente o aumento do deficit e em última análise o agravamento da dívida pública. Provocando também o endividamento das famílias através dos cartões de marca própria.

Estes grupos dominam todas as áreas da economia nacional, obrigando o nosso comércio a enfrentar constantemente uma guerra de preços insustentável perante os custos operacionais e de funcionamento na rede da nossa actividade.

Em 2008, apelámos para o Sr. Presidente da Autoridade para a Concorrência, a solicitar uma intervenção real e prática:

- no respeito às regras da concorrência que imanam da Lei “da leal concorrência” entre todos os agentes económicos e em particular ao nível de todo o comércio nacional;
- Deste modo solicitou-se àquela entidade, intervenção urgente e eficaz nos “abusos de posição dominante” por parte dos grandes grupo comerciais, que actuando em “cartel” inviabilizam a sustentabilidade do Comércio Tradicional.

Nesta lógica contraditória e abusiva das boas práticas afinal quem paga e cumpre os seus deveres contributivos é esmagado por uma concorrência sem escrúpulos e que na maior parte das vezes, vive apenas de expedientes, de curto prazo com mudanças sucessivas de locais, lojas e denominações sociais.

Gostaria de saber, qual é o regime fiscal destas entidades?

Porquê estas excepções?

Quem deliberou sobre estas políticas discriminatórias?

Neste contexto, ninguém é responsável por nada e o País continua à deriva nesta matéria, quando o fenómeno da imigração ilegal se acentua cada vez mais.

Perante este dilema comercial estamos cada vez mais descapitalizados e acima de tudo desmotivados e sem qualquer possibilidade de inovar os negócios. Por outro lado quando se recorre à banca, somos confrontados com juros muito elevados, incompatíveis com as margens esmagadas referidas anteriormente, com grandes exigências burocráticas, e confrontados com a solicitação de garantias (hipotecas, avalistas) que muitas micro empresas não podem dar.

As linhas de crédito – QREN – que foram protocoladas com os bancos não serviram para as micro e pequenas empresas, devido à exigência de

autonomia financeira e porque lhes faltava o mais importante em qualquer actividade – a CAPACIDADE NEGOCIAL.

As medidas contempladas no Orçamento Geral do Estado, para 2011, ignoram as pequenas empresas, no entanto o tecido empresarial português é constituído por 99,6% de micro e PME, destas o maior grupo sectorial, exerce a sua actividade nas áreas do comércio e dos serviços.

Estes 99.6%, geram 75 % do emprego, ou seja, em cada 4 activos, 3 trabalham nas PME, e detêm menos de 10% do volume de vendas, do sector, o que, por si só, é preocupante.

O Governo parece ignorar as estruturas empresariais das micro e pequenas empresas. A classe politica, parece-nos estar pouco preocupada com os seus eleitores, em especial os que têm responsabilidades na área do comércio, estão pouco sensibilizados e com falta de conhecimentos da realidade que têm deteriorado e vêm piorando ano após ano. A defesa da livre concorrência requer o estabelecimento de regras efectivas de acesso ao mercado também por parte das PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS COMERCIAIS, e da promoção de uma estrutura equilibrada do tecido empresarial do comércio. Uma intervenção do ESTADO, como regulador, surge como promotora da livre concorrência.

Assim temos assistido nos últimos anos, ao desaparecimento de milhares de pequenos empresários do comércio, que sucumbiram perante a concorrência desleal de entidades monopolistas que levam à concentração de riqueza e à exportação de capitais que conduzem ao empobrecimento cada vez mais progressivo, do País.

Como acham V. Exas. lançar medidas quer a curto quer a médio prazo?

Para além das situações focadas é uma realidade, todos os dias visível, o fenómeno da contrafacção e mercado negro ou economia paralela, vendida nas ruas, à revelia da lei vigente, perante a passividade das autoridades e à

diminuição crescente do poder de compra dos portugueses, tudo isto associado a uma carga fiscal inoportável

Estamos entre os países da EU, com maior carga fiscal, sendo o “PAÍS MAIS POBRE DA EUROPA OCIDENTAL”

O fosso entre ricos e pobres, em Portugal, atingiu uma dimensão inédita, cartões de “marca própria” associados às grandes superfícies, estão a ser implementados, apesar dos juros cobrados, chegando aos 24.75%. Deveriam ser criadas medidas pelo Governo, neste sentido, em vez dessas medidas o Governo DESREGULAMENTOU, LIBERALIZOU E DESCENTRALIZOU através do novo Dec. Lei 111/2010, mais uma vez a pedido dos grandes grupos comerciais.

Estes pequenos empresários e os que deles dependiam ficaram sem meios de subsistência, que aliado aos fracos níveis de crescimento económico, levaram à exclusão social de tantas famílias, ao aumento do desemprego que atingiu, em Portugal, uma dimensão inédita, colocando Portugal entre os estados membros da EU, onde as disparidades de rendimentos mais se acentuaram nos últimos anos. A pobreza constitui uma grave negação dos direitos humanos fundamentais e das condições necessárias ao exercício da cidadania. Não podemos deixar de referir que estes pequenos empresários, quando fecham as suas empresas não têm direito a Subsídio de Desemprego.

O baixo nível de crescimento económico apresenta-se como um problema cuja necessidade de resolução se mostra particularmente evidente. Não têm dado resultado os milhões de m² licenciados às grandes empresas, pelo Governo, nem os postos de trabalho criados pelas grandes empresas de distribuição. Se assim fosse estaríamos nos lugares cimeiros comparativamente ao resto da EU.

É necessário rever urgentemente, mas consultando a realidade do sector e as suas características, o Dec. Lei 111/2010, que delega nos Municípios a definição

dos horários de abertura dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços. NÃO FAZ SENTIDO a abertura dos hipers aos domingos e feriados à tarde. Portugal tem um dos maiores índices por m2 de grandes superfícies por habitante. É necessário que o Governo ajuste as necessidades de oferta à procura com recurso ao ordenamento comercial e consequentemente territorial e não continuar a licenciar desordenadamente, a não ser que se pretenda eliminar definitivamente o Comércio de Proximidade. O que vai ser deste sector de actividade, se nada for feito?

Face a esta realidade inaceitável, não nos podemos conformar em nosso nome e das gerações futuras.

Não digam que a culpa é nossa e que não soubemos modernizar-nos.

O que na verdade aconteceu foi um mau direccionamento das políticas económicas e sectoriais que os Governo têm vindo a defender e a aplicar cegamente, sem olharem às consequências nefastas resultante do desaparecimento das micro e pequenas empresas, que deveriam ser o suporte de um tecido empresarial equilibrado e devidamente sustentado.

Esta Associação já anteriormente assumiu uma posição de denúncia, levando este assunto ao Sr. Presidente da Republica, ao Sr. Primeiro-ministro, aos grupos Parlamentares com assento na Assembleia da Republica, ao Sr. Presidente da Assembleia da Republica e à Autoridade da Concorrência.

Na abordagem deste tema foram tidos em conta quatro princípios:

1 – O direito ao descanso semanal de todos os trabalhadores

2 – Provoca a desertificação dos centros urbanos, contrariando o ordenamento do território, provocando a proliferação da insegurança, da violência e do banditismo.

3- Altera a qualidade e a quantidade do emprego, 1 posto de trabalho criado por 4 postos de trabalho perdidos.

A APED diz que criava 8 300 postos de trabalho até 2010, contrariamente não diz que provocava 33 200 desempregados.

Não obstante as intervenções da APED, que é chamada a colaborar nas políticas mais relevantes para este sector de actividade, coloca os sub-sectores em desigualdade de negociação, bem como de representatividade, das micro e pequenas empresas.

Neste sentido as situações referidas ao longo desta minha intervenção, não poderão de forma alguma abarcar constrangimentos que o mercado de retalho se vê confrontado dia-a-dia.

4 – Permite que prevaleçam os interesses dos grandes grupos económicos mascarando a defesa de mais 1 mês de facturação, para estes grupos, com a pretensa defesa dos interesses dos consumidores.

O saldo negativo da Balança Comercial, o aumento do desemprego acompanhado pela imigração descontrolada, por problemas estruturais e conjunturais, são disso prova

Consideramos que nos últimos anos, foram desperdiçados abundantes recursos quer económicos quer financeiros, de contribuir para uma reformulação justa e adequada ao Comércio Tradicional. e perderam-se preciosas oportunidades para mudar o destino de Portugal.

Ao expressar este sentimento de desanimo, que ano após ano na esperança de um Portugal mais desenvolvido, estou certa de traduzir a opinião de todos aqueles que se inserem neste sector de actividade.

Esta deverá ser a geração da mudança que não permita que este País se afunde no desânimo, na imigração e no desemprego.

Não queremos subsídios, queremos condições de trabalho.

Não nos digam para exportar, digam-nos para criar riqueza no País é só disso que Portugal precisa.

Não queremos protecção, queremos regras do jogo iguais.

Finalmente, a nossa perseverança, em cada dia que passa, faz-nos acreditar que a mudança é possível.

As pequenas e médias empresas são o motor da economia, da criação de riqueza e da criação de emprego.

Que podemos esperar para o futuro?

Em que medida a Assembleia poderá contribuir para alterar esta problemática?

Pensa esta Comissão actuar, propondo uma intervenção realista e oportuna nesta encruzilhada em que nos encontramos?

Estamos cientes e confiantes que V. Exas. irão reflectir e propor medidas adequadas ao governo. Não podemos esperar para “amanhã” porque o “ontem” já era tarde.

É urgente que se repense a Economia do País e se mude o paradigma de desenvolvimento, especificamente nas variantes que mais actuam sobre este sector de actividade e que penso que foram devidamente explicitadas a V. Exas..



Antes de terminar quero agradecer a vossa disponibilidade e desde já colocarmo-nos à V/ disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem por convenientes.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Desejo a todos um Santo Natal.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Maria do Céu Prim', is positioned above the printed name.

Maria do Céu Prim
Presidente da Direcção